



CMDPD - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE LONDRINA

ATA DA I REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA DE LONDRINA – CMDPD – GESTÃO 2021-2022

Aos vinte e sete dias do mês de Abril de dois mil e vinte um, com início às dez horas e trinta e um minutos e término às onze horas e trinta e um minutos, realizou-se a primeira Reunião Ordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Londrina – CMDPD, por meio da ferramenta digital Google Meet. Estiveram presentes os seguintes representantes da **Sociedade Civil: Ghislaine T. da Silveira e Angelita Bonifácio – Instituto Pernas Preciosas; Mário Yoshiuki Utiamada – Associação das Famílias Especiais de Londrina; Bruno José da Silva – Associação de Surdos de Londrina (acompanhado de seu intérprete de libras, Lucas Grigio); Camila Cardoso de Lima – Ordem dos Advogados do Brasil Subseção Londrina; Aline Tassiara Marquês da Cunha – Caritas Arquidiocesana de Londrina e Márcio Rafael da Silva – Instituto Roberto Miranda.** A Presidente Ghislaine T. da Silveira iniciou a II Reunião Ordinária do CMDPD de Londrina, saudando os participantes e agradecendo a presença de todos e de todas. Nessa oportunidade, **foi registrada a ausência do Instituto de Educação Superior- INESUL (pela quarta vez), da Eliane Nardin da Associação das Famílias Especiais de Londrina (pela segunda vez e até o presente momento não informou o motivo), Thayse da Associação de Surdos de Londrina (pela primeira vez e até o presente momento não informou o motivo) e da Adriana do Instituto Londrinense de Educação de Crianças Excepcionais (pela primeira vez, porém justificou dizendo que estava ajudando sobre a vacinação do Covid-19 no ILECE).** Em ato contínuo, a Presidente submeteu à Plenária seguindo a pauta da reunião, logo: **homologou a candidatura de Queila Spoladore, representante da Secretaria Estado Meio Ambiente – SEMA e como resumo das principais atividades desenvolvidas pelo CMDPD, Ghislaine relembrou o parecer da vereadora Lu Oliveira e sua relevância para a comunidade surda, ressaltando que o CMDPD é um órgão deliberativo que tem por objetivo assegurar os direitos das pessoas com deficiência no município de Londrina.** Na sequência, Ghislaine mencionou **a importância de um planejamento anual, ressaltando que tal ação nos ajudará a organizar as ações e as atividades do CMDPD no ano de 2021. Sendo assim, sugeriu que cada instituição encaminhe até o dia sete de maio de dois mil e um suas sugestões e ideias, sendo o prazo final o dia vinte e cinco de maio de dois mil e um, quando acontecerá a II Reunião Ordinária.** Como **informes gerais,** Ghislaine informou que assumiu a sala destinada ao CMDPD na Prefeitura de Londrina, porém, a sala não possui acessibilidade. Também mencionou que **devido ao congestionamento no e-mail cmdpd@londrina.pr.go.br, foi preciso criar um e-mail alternativo.** Em seguida, mencionou que a Unifil enviou um ofício indicando seus representantes, porém, não informou os dados pessoais dos indicados, por este motivo elas não foram adicionadas no grupo de Whatsapp e nem receberam informações referente a esta reunião. Referente a INESUL (homologada

neste conselho), a presidente Ghislaine entrou em contato com a IES e descobriu que a proprietária e diretora geral Vergínia Aparecida Mariani da faculdade, faleceu no dia dois do mês de abril de dois mil e vinte um, vítima do Covid-19, portanto, está aguardando a IES indicar outra pessoa para representar a instituição. Em seguida, a presidente comentou sobre a sua participação em dois programas de televisão (SBT E TAROBÁ), ressaltando que em ambas as emissoras ela divulgou a importância do CMDPD para Londrina e que uma delas (SBT) a convidou para realizar uma blitz pela cidade, cujo objetivo será divulgar as dificuldades que as pessoas com deficiência vivenciam no seu dia a dia, dar visibilidade para a comunidade surda e cega de Londrina, reforçar que ainda existe leis não praticadas e apresentar a ideia de uma central de intérprete seria muito útil para a comunidade surda, pois a falta desses profissionais nos espaços sociais cancela o direito constitucional de ir vir das pessoas surdas. Na sequência, Bruno José da Silva, presidente da Associação de Surdos de Londrina, levantou a importância da discussão da inclusão das PCDs no mercado de trabalho; Aline, assistente social da Cáritas nos contou que uma aluna da COL, não recebe atividades remotas por parte da escola especial em que estuda (âmbito municipal ou estadual) e que esta criança se compara com as demais amiguinhas que recebem tais tarefas. Então, Aline nos propôs como pauta, avaliarmos se esse fato realmente ocorre só com esta aluna ou com os demais PCDs matriculados em outras escolas especiais; Márcio Rafael, representante do Instituto Roberto Miranda, contribuiu com a discussão trazida pela Aline, apresentando como acontece na sua instituição e que o Instituto tem acompanhado algumas escolas porque tem crianças cegas matriculadas nelas, logo, confirmou que desconhece esta informação, alegando que as instituições a qual faz parte e a sua instituição em específico, tem ofertado as atividades remotas durante todo o esse período de pandemia, contudo, não pode afirmar referente a criança e a instituição mencionada pela Aline; Camila Cardoso Lima, representante da OAB, mencionou a necessidade de debatermos sobre a Conferência Municipal; Por fim, Queila Spoladore representante do Poder Público (SEMA) apresentou-se. Ainda, foi exposto a necessidade de elaboração do planejamento anual com urgência, para delimitarmos as ações do CMDPD para o ano de 2021. Mario expôs a necessidade de termos a representação paritária, ou seja, para que o CMDPD tenha legitimidade é necessário que a Comissão Permanente seja logo completada, demonstrando a sua preocupação com a falta de participação do Poder Executivo Municipal no CMDPD, reforçando a importância de repensar a formação do Conselho. Como continuidade< Mário também frisou a importância de organizarmos as funções e atividades dentro do CMDPD. Em seguida, Camila contribuiu com a discussão trazida pela Mário, pontuando que a participação do Poder Executivo é obrigatória. Na sequência, a presidente se posicionou pedindo desculpas para Queila e explicou para ela que todo esse posicionamento referente ao Poder Executivo Municipal é porque, até o momento, os órgãos foram comunicados, mas ainda não indicaram seus representantes para compor o CMDPD. Então, Queila contribuiu com a discussão, expondo que é comum isso ocorrer por parte do Poder Executivo Municipal, afirmando que mesmo que haja uma obrigação é muito difícil garantir a permanência destas pessoas. Na sequência, Mario chamou atenção para a criação das Comissões dentro do próprio Conselho, ressaltando o papel do colegiado e das Comissões internas na realização das atividades (deliberativas, de trabalho etc.). Para concluir a pauta, sugeriram que a reunião fosse presencial, porém, o TODO decidiu que as reuniões permanecerão virtualmente, na quarta semana de cada mês, às terças-feiras, no horário das 10:30 às 11:30, também mencionaram a exigência de um servidor

para serviço de secretaria, contudo, a presidente informou que, por parte do Gabinete, esta possibilidade é inviável no momento. Não havendo nada mais a tratar, a I Reunião Ordinária foi encerrada pela presidente Ghislaine, às 11:30, confirmando que acrescentará a Queila no grupo de whatsapp, mecanismo que nos auxilia em marcar reuniões e responder questionamentos pertinentes ao CMDPD de **maneira rápida, prática e eficiente**. Não havendo nada mais a tratar, eu, Ghislaine T. da Silveira, encerro a presente ata, que, após aprovada, será disponibilizada no Portal da Transparência do Município de Londrina.

Observação: A presente ata foi apreciada e aprovada, por unanimidade, por meio eletrônico, pela Plenária do CMDPD, após a I Reunião Ordinária em vinte e sete de abril do corrente ano.